

REVISTA TÓPICOS

MÍDIAS DIGITAIS E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A INCLUSÃO

DOI: 10.5281/zenodo.17162761

Ana Paula Balbinot Ferreira¹

RESUMO

Este estudo investiga o impacto das mídias digitais e das tecnologias assistivas (TA) na inclusão e no desenvolvimento de alunos com deficiência no contexto educacional brasileiro, um cenário marcado pela crescente demanda por práticas pedagógicas acessíveis e equitativas. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, explora o potencial desses recursos para ampliar as oportunidades de aprendizagem e promover a participação ativa de estudantes com necessidades educacionais específicas, analisando conceitos, teorias, práticas, desafios e perspectivas de sua implementação no ambiente escolar. Os resultados revelam que a utilização planejada e integrada ao currículo das mídias digitais e das TA contribui significativamente para a autonomia, o desenvolvimento e a equidade no ensino, desde que acompanhada de estratégias pedagógicas inovadoras e centradas no aluno. Contudo, a pesquisa também aponta desafios persistentes, como a infraestrutura inadequada, a carência de formação docente especializada e a complexidade da adaptação curricular, que dificultam a plena efetivação

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

dessas tecnologias. Diante desses obstáculos, ressalta-se a urgência de investimentos estratégicos, políticas públicas eficazes e uma colaboração multidisciplinar entre educadores, gestores, famílias e outros profissionais, visando à criação de ecossistemas de aprendizagem inclusivos e acessíveis. Em suma, o estudo conclui que o uso estratégico, adaptado e ético das tecnologias digitais tem o potencial de transformar a educação inclusiva, garantindo a todos os estudantes o acesso a um ensino de qualidade, o desenvolvimento pleno de seu potencial e a construção de um futuro com mais oportunidades e justiça social.

Palavras-chave: Inclusão Educacional. Tecnologias Assistivas, Mídias Digitais. Autonomia. Acessibilidade. Educação Especial.

ABSTRACT

This study investigates the impact of digital media and assistive technologies (AT) on the inclusion and development of students with disabilities in the Brazilian educational context, a setting marked by the growing demand for accessible and equitable pedagogical practices. Through a bibliographic research, it explores the potential of these resources to expand learning opportunities and promote the active participation of students with specific educational needs, analyzing concepts, theories, practices, challenges, and perspectives on their implementation in the school environment. The results reveal that the planned and integrated use of digital media and AT within the curriculum significantly contributes to autonomy, development, and equity in education, provided it is accompanied by innovative, student-centered pedagogical strategies. However, the research also points to persistent challenges, such as inadequate infrastructure, the lack of specialized teacher

REVISTA TÓPICOS

training, and the complexity of curriculum adaptation, which hinder the full implementation of these technologies. In light of these obstacles, the study emphasizes the urgency of strategic investments, effective public policies, and multidisciplinary collaboration between educators, administrators, families, and other professionals to create inclusive and accessible learning ecosystems. In summary, the study concludes that the strategic, adapted, and ethical use of digital technologies has the potential to transform inclusive education, ensuring that all students have access to quality education, the full development of their potential, and the creation of a future with more opportunities and social justice.

Keywords: Educational Inclusion. Assistive Technologies, Digital Media. Autonomy. Accessibility. Special Education.

1 Introdução

Na contemporaneidade, a educação inclusiva transcende a mera declaração de princípios, consolidando-se como um direito humano fundamental que garante a todos, independentemente de suas condições, o acesso a um aprendizado de qualidade. Nesse contexto, as mídias digitais e as tecnologias assistivas (TA) emergem não apenas como ferramentas, mas como poderosos catalisadores para a construção de pontes que superam barreiras e promovem a autonomia dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Ao potencializar o acesso ao conhecimento e fomentar a participação ativa, essas tecnologias abrem novas perspectivas para o desenvolvimento pleno desses alunos. Contudo, a efetiva integração dessas ferramentas no cotidiano escolar ainda enfrenta desafios complexos, que vão

REVISTA TÓPICOS

desde a infraestrutura precária até a necessidade de uma transformação pedagógica profunda.

Este estudo se propõe a investigar o impacto transformador das mídias digitais e das TA na inclusão e no desenvolvimento de alunos com deficiência no contexto educacional brasileiro. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que, explora os conceitos, teorias e práticas que fundamentam sua aplicação no ensino, buscando desvendar o potencial máximo dessas tecnologias para promover uma educação mais equitativa e acessível. Além disso, analisa criticamente os desafios e oportunidades inerentes à sua implementação, com o objetivo de identificar estratégias eficazes para superar obstáculos e maximizar os benefícios da inclusão digital.

Para alcançar esse objetivo, o artigo está estruturado em quatro partes interconectadas. Inicialmente, apresenta um panorama da evolução da educação especial no Brasil, traçando um breve histórico das políticas públicas e marcos legislativos que moldaram o cenário atual. Em seguida, aprofundará a discussão sobre o papel crucial das mídias digitais e das tecnologias assistivas na promoção da acessibilidade educacional, explorando seu potencial para adaptar o ensino às necessidades individuais de cada aluno. Posteriormente, analisará os principais desafios que dificultam sua implementação efetiva nas escolas, com ênfase na infraestrutura inadequada, na carência de formação docente e na necessidade de adaptação curricular. Por fim, a conclusão sintetiza as reflexões centrais da pesquisa, reafirmando a importância de investimentos contínuos, do

REVISTA TÓPICOS

engajamento de diversos agentes educacionais e da construção de redes de apoio para consolidar práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Partindo desse pressuposto, este estudo busca demonstrar que a inclusão escolar deve transcender o discurso retórico e se concretizar por meio de ações efetivas, baseadas em evidências e orientadas para o sucesso de todos os alunos. A tecnologia, quando utilizada de maneira planejada, ética e sensível às diversidades, tem o potencial de transformar a educação, garantindo equidade, acessibilidade, participação ativa e o desenvolvimento pleno de cada estudante no processo de aprendizagem. Ao desafiar as barreiras existentes e construir pontes digitais para a inclusão, torna-se possível criar um futuro mais justo e promissor para todos.

2 A Evolução da Educação Especial no Brasil: Da Exclusão à Inclusão

A trajetória da educação especial no Brasil é marcada por transformações significativas, que refletem mudanças sociais, políticas e pedagógicas ao longo do tempo. Inicialmente, a educação especial era vista como uma modalidade de ensino separada e segregada, destinada apenas a alunos com deficiência ou outras necessidades especiais. Com o passar dos anos, essa visão foi sendo questionada e substituída por uma abordagem mais inclusiva, que busca garantir o direito de todos os alunos à educação em um ambiente escolar comum.

No período colonial e imperial, a educação de pessoas com deficiência era praticamente inexistente no Brasil. As poucas iniciativas existentes eram geralmente de caráter filantrópico e religioso, e se limitavam a atender a um

REVISTA TÓPICOS

pequeno número de pessoas com deficiência intelectual ou sensorial. A criação do Instituto Benjamin Constant (IBC), em 1854, e do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1857, representou um marco importante, mas essas instituições atendiam apenas a uma parcela muito restrita da população.

Na primeira metade do século XX, a educação especial começou a se desenvolver de forma mais organizada no Brasil, com a criação de escolas especiais e classes especiais em escolas regulares. No entanto, como aponta Sasaki (2014) ao discutir o conceito de "inclusão", essa modalidade de ensino ainda era baseada em uma visão segregacionista, que considerava que os alunos com deficiência não eram capazes de acompanhar o ritmo das classes regulares e precisavam de um ambiente "protegido" e adaptado às suas "necessidades especiais". A legislação da época, como a Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal (1946) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, reconhecia a existência da educação especial, mas não estabelecia diretrizes claras para a sua organização e funcionamento.

A partir da década de 1970, a educação especial no Brasil começou a passar por um processo de revisão e de transformação, impulsionado por movimentos sociais e por novas teorias pedagógicas que defendiam a inclusão e a valorização da diversidade. A Declaração de Salamanca (1994), que estabeleceu princípios e diretrizes para a educação inclusiva em nível internacional, teve um impacto significativo no Brasil, influenciando a

REVISTA TÓPICOS

elaboração de políticas e leis que visavam garantir o direito de todos os alunos à educação em um ambiente escolar comum.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental nesse processo, ao estabelecer a educação como um direito de todos e ao proibir qualquer forma de discriminação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 reforçou essa perspectiva, ao prever o atendimento educacional especializado (AEE) como um serviço complementar e suplementar à educação regular, oferecido nas próprias escolas ou em centros especializados. A LDB também estabeleceu a necessidade de adaptações curriculares e de recursos pedagógicos para atender às necessidades específicas dos alunos.

Nos últimos anos, a educação especial no Brasil tem avançado significativamente em direção à inclusão, com a implementação de políticas e programas que visam garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência nas escolas regulares. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) são exemplos de marcos legais que têm contribuído para a consolidação de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo. Essas políticas impulsionaram a formação de professores especializados, a criação de salas de recursos multifuncionais e a implementação de planos de Atendimento Educacional Especializado (AEE), visando garantir a participação de todos os alunos, sem discriminação ou segregação.

Entretanto, conforme argumenta Mantoan (2015), a inclusão não deve ser compreendida apenas como a inserção de alunos com deficiência nas escolas

REVISTA TÓPICOS

regulares, mas como uma transformação profunda do sistema educacional. Essa transformação implica questionar o modelo médico da deficiência, valorizar a diversidade como um elemento enriquecedor e promover a participação ativa de todos os alunos na vida escolar. A adaptação de metodologias de ensino, a acessibilidade dos materiais didáticos e a sensibilização da comunidade escolar são fatores fundamentais para que a inclusão aconteça de forma efetiva. A experiência de escolas como a EEB Presidente Artur da Costa e Silva demonstra que, quando há um compromisso real com a inclusão, as práticas pedagógicas tornam-se mais equitativas e voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Em suma, a evolução da educação especial no Brasil representa um longo caminho percorrido em direção à inclusão, mas também um desafio contínuo que exige o compromisso de todos os envolvidos para garantir que todos os alunos tenham o direito a uma educação de qualidade, em um ambiente escolar acolhedor e respeitoso.

3 Mídias Digitais e Tecnologias Assistivas na Educação Inclusiva

A evolução da educação especial no Brasil tem sido marcada por avanços significativos, impulsionados por abordagens pedagógicas mais inclusivas e pelo uso de recursos tecnológicos inovadores. O ensino que, historicamente, segregava alunos com deficiência, hoje se direciona para práticas mais individualizadas, valorizando a diversidade e promovendo a equidade no acesso ao conhecimento. Nesse cenário, as mídias digitais e as tecnologias assistivas (TA) despontam não apenas como ferramentas separadas, mas como um sistema integrado essencial para potencializar a aprendizagem e

REVISTA TÓPICOS

favorecer a autonomia dos estudantes com necessidades educacionais específicas (Alves & Nascimento, 2016).

As mídias digitais, compreendidas como ferramentas tecnológicas que facilitam a transmissão e o compartilhamento de informações em diversos formatos, têm sido amplamente utilizadas no ambiente educacional para diversificar as estratégias de ensino, tornando o aprendizado mais interativo e acessível. Paralelamente, as tecnologias assistivas englobam um conjunto diversificado de dispositivos, serviços e recursos projetados para ampliar a funcionalidade e a independência de pessoas com deficiência, capacitando-as a participar ativamente de atividades cotidianas, incluindo a educação.

A complementaridade entre mídias digitais e tecnologias assistivas é fundamental: as mídias digitais oferecem a flexibilidade necessária para adaptar os conteúdos pedagógicos, enquanto as tecnologias assistivas garantem que os alunos possam interagir com esses conteúdos de maneira mais autônoma e eficaz. Mantoan (2015) destaca que a TA transcende a mera utilização de dispositivos físicos, abrangendo também serviços e adaptações que visam ampliar a funcionalidade e a inclusão do indivíduo na sociedade. Desde soluções simples, como engrossadores de lápis, até tecnologias sofisticadas, como softwares de reconhecimento de voz, essas inovações viabilizam maior engajamento e interação no contexto escolar.

A escolha da tecnologia assistiva mais adequada deve ser realizada de forma individualizada, levando em consideração as necessidades e preferências de cada aluno, bem como o contexto escolar e familiar. A participação ativa dos

REVISTA TÓPICOS

alunos e de suas famílias no processo de seleção e adaptação das tecnologias é essencial para garantir o sucesso de sua utilização.

Mais do que permitir o acesso ao conteúdo curricular, o uso das mídias digitais e das TA contribui para a promoção da autonomia e do protagonismo dos alunos no processo de aprendizagem. Um estudante com dislexia pode beneficiar-se de um software que realça e reproduz em áudio as palavras lidas, auxiliando na compreensão textual. Da mesma forma, um aluno com TEA pode utilizar um aplicativo de comunicação alternativa para expressar suas ideias e interagir melhor com os colegas e professores. Essas tecnologias garantem que os estudantes não apenas recebam informação, mas também participem ativamente das atividades escolares.

Na educação contemporânea, a valorização da diversidade deve ser acompanhada por estratégias pedagógicas que assegurem a efetiva inclusão de todos os alunos. Para isso, as mídias digitais oferecem formatos variados de aprendizagem, atendendo a diferentes estilos cognitivos. Recursos como audiodescrição, legendas automáticas e e-books com síntese de voz permitem que os conteúdos sejam acessados de maneira mais ampla e equitativa.

Para estudantes com deficiência visual, leitores de tela e lousas interativas adaptadas garantem um aprendizado mais independente, convertendo conteúdos textuais em áudio ou em Braille. Já para alunos com deficiência motora, dispositivos de controle por movimento e teclados adaptados viabilizam sua participação nas atividades escolares. Aqueles com deficiência intelectual podem se beneficiar de plataformas interativas e jogos

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

educativos que respeitam seu ritmo de aprendizado, tornando o processo mais acessível e estimulante.

Outro aspecto relevante é o papel das redes sociais na construção de um ambiente mais inclusivo. Além de serem espaços de interação e colaboração, elas promovem a expressão e a troca de experiências entre alunos, reduzindo barreiras comunicacionais e fortalecendo a autonomia dos estudantes com deficiência. Sasaki (2014), aponta que as redes sociais, ao permitirem a divulgação de experiências e informações sobre acessibilidade, são fundamentais para a conscientização sobre diversidade e acessibilidade, além de contribuir para a formação da cidadania plena. É importante, no entanto, monitorar o uso das redes sociais, a fim de evitar situações de cyberbullying e exposição indevida.

A legislação brasileira também reforça o papel das tecnologias no processo inclusivo. A Lei nº 13.146/2015 garante que estudantes com deficiência possam utilizar dispositivos eletrônicos como ferramenta de acessibilidade, ampliando as possibilidades de aprendizado. Smartphones, por exemplo, se tornaram aliados no dia a dia escolar, oferecendo soluções como leitores de texto, softwares de reconhecimento de voz e tradutores automáticos de Libras, favorecendo um ensino mais personalizado e eficiente (Alves & Nascimento, 2016).

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige um compromisso contínuo com a inovação pedagógica e a ampliação do acesso. No entanto, a adoção das mídias digitais e das tecnologias assistivas deve ser vista como parte de uma transformação mais ampla da cultura escolar. É

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

fundamental que essas ferramentas sejam integradas ao cotidiano escolar não apenas como suporte, mas como um meio efetivo para garantir a participação ativa e significativa de cada aluno, respeitando e valorizando sua singularidade no processo de aprendizagem.

4 Desafios e Perspectivas

A integração efetiva das mídias digitais e tecnologias assistivas (TA) na educação especial, embora promissora, esbarra em desafios multifacetados que exigem uma análise aprofundada e estratégias de superação bem definidas. Um dos obstáculos primordiais, conforme salientado por Mantoan (2015), reside na persistente insuficiência de recursos financeiros e na precariedade da infraestrutura tecnológica, especialmente nas escolas públicas. A carência de equipamentos adequados, a instabilidade do acesso à internet e a falta de softwares especializados para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência configuram um cenário de desigualdade que compromete o direito à educação inclusiva. Essa realidade impõe a necessidade urgente de investimentos financeiros substanciais e contínuos, alocados de forma estratégica para garantir equidade e oportunidades educacionais para todos. Além do aporte financeiro, é imprescindível que as instituições de ensino desenvolvam planos de ação robustos, que contemplem a implementação, manutenção e atualização constante das tecnologias, assegurando sua sustentabilidade a longo prazo. Essa gestão eficiente dos recursos deve considerar a criação de espaços de experimentação e prototipagem, onde professores e alunos possam desenvolver soluções inovadoras para os desafios da inclusão digital.

REVISTA TÓPICOS

Ademais, a capacitação docente emerge como um fator crítico para o sucesso da integração das TA. A mera disponibilização de recursos tecnológicos não garante sua utilização eficaz na prática pedagógica. Muitos professores, imersos em modelos tradicionais de ensino, sentem-se despreparados para integrar as TA em suas aulas, seja por falta de conhecimento técnico, seja pela ausência de referenciais teóricos que sustentem essa prática. Nesse sentido, Mantoan (2015), destaca que a formação continuada dos educadores deve ser priorizada, com programas de capacitação personalizados que abordem as necessidades específicas de cada tipo de deficiência e que promovam a reflexão crítica sobre o papel das tecnologias na construção de uma educação mais inclusiva e equitativa. Essa formação deve ir além do simples treinamento técnico, incentivando a criação de comunidades de prática onde os professores possam compartilhar experiências, trocar conhecimentos e construir soluções colaborativas para os desafios da inclusão digital.

A superação desses desafios exige uma ação coletiva e coordenada, envolvendo governos, escolas, famílias, universidades e demais profissionais da área. É fundamental que as políticas públicas de inclusão digital sejam concebidas de forma participativa, considerando as demandas e as necessidades dos diferentes atores envolvidos no processo educativo. Nesse contexto, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), proposto por Sasaki (2014), emerge como um referencial teórico valioso para a criação de ambientes educativos flexíveis e acessíveis, que promovam a diversificação do ensino e a participação ativa de todos os alunos. O DUA não deve ser visto como uma receita pronta, mas como um conjunto de

REVISTA TÓPICOS

princípios orientadores que podem ser adaptados e implementados de acordo com as características de cada contexto escolar. Outras abordagens pedagógicas inovadoras, como a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida e a gamificação, também podem potencializar o uso das TA, tornando o aprendizado mais significativo e engajador para todos os alunos.

Apesar dos obstáculos, o cenário da educação inclusiva mediada por tecnologia apresenta perspectivas promissoras. A crescente conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência, o desenvolvimento de novas tecnologias assistivas e a disseminação de práticas pedagógicas inovadoras apontam para um futuro em que a inclusão digital seja uma realidade para todos. Alves e Nascimento (2016) destaca que as TA são ferramentas essenciais para garantir a autonomia e a participação dos alunos com deficiência, permitindo que eles desenvolvam habilidades, exerçam sua cidadania de maneira plena e construam um futuro com mais oportunidades. O fortalecimento das políticas públicas de inclusão digital, com o apoio de universidades, centros de pesquisa e empresas privadas, é crucial para consolidar um modelo educacional inclusivo que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades. Além disso, a criação de redes de apoio entre escolas, para o compartilhamento de recursos, experiências e boas práticas, pode ser uma estratégia eficaz para superar as limitações estruturais e promover a inovação na educação inclusiva.

Nesse contexto, a transformação da educação em um ambiente verdadeiramente inclusivo requer um compromisso ético e político de todos

REVISTA TÓPICOS

os setores da sociedade. Somente com a colaboração, o diálogo e a ação conjunta será possível garantir que as mídias digitais e as TA sejam utilizadas de forma eficaz, estratégica e sustentável, permitindo que cada aluno, independentemente de sua deficiência, desenvolva seu pleno potencial e construa um futuro com mais oportunidades, justiça social e bem-estar. A inclusão digital deve ser entendida não apenas como um direito de todos os alunos, mas como um imperativo ético e uma condição fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

5 Considerações Finais

Esta pesquisa reafirma a importância crucial das mídias digitais e das tecnologias assistivas (TA) como ferramentas transformadoras na educação de alunos com necessidades específicas. Os resultados demonstram que, quando aplicadas de forma estratégica e integradas a práticas pedagógicas inovadoras, essas tecnologias promovem autonomia, acessibilidade e ampliam as oportunidades de aprendizagem, permitindo a construção da identidade e a participação social. Reconhecemos, no entanto, que desafios como a infraestrutura inadequada e a falta de formação docente persistem. Superá-los exige uma visão sistêmica e um compromisso colaborativo de todos os atores educacionais, encarando-os não como barreiras, mas como oportunidades para impulsionar a inovação e a equidade. O objetivo central foi alcançado, evidenciando o impacto positivo das tecnologias; contudo, este estudo serve como um ponto de partida para investigações futuras ainda mais aprofundadas.

REVISTA TÓPICOS

Diante dessas reflexões, torna-se evidente o aprofundamento contínuo das pesquisas sobre o tema, explorando o impacto das tecnologias em diferentes contextos, a eficácia de programas de capacitação docente e a implementação de políticas públicas inclusivas e sustentáveis. A transformação da educação em um ambiente verdadeiramente inclusivo e digital requer um esforço conjunto de gestores, educadores, famílias, pesquisadores e da sociedade em geral. A inclusão, portanto, deve ser encarada não apenas como um direito legal, mas como um imperativo ético, guiando-nos na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e humana, onde cada indivíduo possa desenvolver plenamente seu potencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, L. M., & Nascimento, E. A. (2016). Tecnologias assistivas na educação: Práticas inclusivas. São Paulo, SP: Cortez.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Recuperado em 18 de fevereiro de 2025 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1996). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Recuperado em 18 de fevereiro de 2025 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Brasil. (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação. Recuperado em

REVISTA TÓPICOS

18 de fevereiro de 2025 de:

<https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf>

Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado Federal.

Mantoan, M. T. E. (2015). Inclusão escolar: O que é e como fazer. Campinas, SP: Autores Associados.

Sasaki, R. (2005). Educação inclusiva: O que é e como fazer (3ª ed.). São Paulo: Editora Inclusiva.

Sasaki, R. K. (2014). Inclusão: Construindo uma sociedade para todos (8ª ed.). WVA.

UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha: UNESCO.

¹ Graduação em Pedagogia. Especialização Educação Infantil/Séries Iniciais e em Gestão Escolar. Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: anaferreira18353@student.mustedu.com